

16 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Juízes criticam prêmio dado a jornalistas

Associação divulgou nota contra láurea de liberdade de imprensa dada à 'Gazeta do Povo'

DE SÃO PAULO

A AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) divulgou nota nesta quarta-feira (15) criticando a ANJ (Associação Nacional de Jornais) por ter concedido à equipe do jornal "Gazeta do Povo", de Curitiba, o Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa de 2016.

Os jornalistas enfrentam dezenas de processos movidos individualmente por juízes do Estado após ter publicado reportagem sobre seus "supersalários".

"A postura da ANJ de premiar jornalistas por matéria tendenciosa sobre os vencimentos da magistratura é um atentado ao direito à informação. Laurear o jornalismo irresponsável e voltado a descredibilizar a magistratura brasileira atenta não somente contra o Poder Judiciário, mas contra cada cidadão brasileiro que tem o direito de ser bem informado", afirmou a AMB.

"Hostilizar juízes pelo fato de buscar em juízo, como qualquer cidadão, o direito de reparação revela um comportamento tendente a desconsiderar os direitos fundamentais", completou a nota.

Os processos, em pelo menos 15 cidades do Paraná, têm obrigado os cinco jornalistas que assinaram a reportagem a viajar por dias seguidos para comparecer às audiências. Os pedidos de indenização somam R\$ 1,3 milhão.

Ainda segundo a nota da AMB, as entidades de comunicação, como a ANJ, têm reagido de forma "desproporcional" a essas ações movidas pelos juízes, com o objetivo

de obter uma "imunidade absoluta, um salvo-conduto para causar danos sociais incompatíveis com uma democracia substancial".

"Denunciar recebimentos acima do teto sem explicar que verbas indenizatórias não são submetidas ao teto constitucional revela uma lamentável política de desinformação à cidadania", sustentou a associação.

"[...] Denunciamos à sociedade a prática combinada [de entidades da imprensa] para descredibilizar a magistratura por meio de ataques constantes à remuneração dos juízes, política que atende interesses ocultos, já que a magistratura brasileira tem feito o seu papel na punição de casos graves de combate à corrupção e sonegação que envolvem, inclusive, segmentos da mídia nacional."

'SUICÍDIO INSTITUCIONAL'

Em nota divulgada, a ANJ informou que respeita a atuação do Poder Judiciário, mas rejeita a estratégia adotada no Paraná, que classificou de "assédio judicial" e "reação corporativista".

"A ANJ não questiona o direito constitucional de todo cidadão de recorrer à Justiça em defesa de seus direitos", informa a entidade. "Mas a inadequação desse tipo de ação é reconhecida pela própria AMB, ao afirmar que discorda da estratégia definida."

16 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Auditor revela presença de Abi na Receita

Empresário, no entanto, não teria influência política no órgão, segundo depoimentos coletados na primeira fase da Operação Publicano

Audidores ouvidos pelo MP consideram a palavra do colega Luiz Antonio de Souza "desqualificada"

Loriane Comeli
Reportagem Local

Audidores que ocuparam, nos últimos anos, altos cargos na hierarquia da Receita Estadual do Paraná negaram, em interrogatório em Curitiba, relativamente ao processo da primeira fase da Operação Publicano, a acusação do Ministério Público (MP) de Londrina de serem integrantes da suposta organização criminosa incrustada no órgão fazendário. Os depoimentos, em vídeo, foram anexados ao processo, que tramita na 3ª Vara Criminal de Londrina, no último dia 13.

Incluídos na denúncia principalmente em razão de declarações do colega Luiz Antonio de Souza, principal delator do esquema, os seis integrantes da cúpula também negaram que o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), tivesse qualquer influência política na Receita. Chama atenção, porém, que um deles tenha dito que Abi levou um empresário até sua sala

para resolver problemas tributários. Outros três disseram que conheciam ou foram apresentados a Abi e, pelas circunstâncias, fica demonstrado que o empresário tinha, de fato, trânsito livre no Palácio do Iguazu.

Para o MP, tratava-se de "iminência parda". Abi não é réu na Publicano 1, mas, no processo relativo à segunda fase, é acusado de ser o "líder político" da suposta organização criminosa. Teria, inclusive, segundo afirmou o delator, dado ordens para que se arrecadasse dinheiro – oriundo de propina – para a campanha de reeleição de Beto, em 2014, fato negado pelo PSDB e pelo governador.

O auditor que relatou a visita de Abi ao órgão fazendário foi Gilberto Della Coletta, diretor geral da Receita do Paraná entre janeiro de 2011 (assim que o tucano assumiu o cargo pela primeira vez) e março de 2013. Convidado para a função de deputado federal Luiz Carlos Haully (PSDB), então secretário estadual de Fazenda, Coletta disse que esteve

com Abi em duas ocasiões. A primeira "foi numa reunião no Palácio, junto com o secretário, que era obrigação minha (em razão do cargo) estar presente". Na outra, o auditor disse que Abi foi ao seu gabinete, acompanhado de um empresário. "Apresentou o empresário, que falou dos problemas que tinha com relação a recolhimento de tributos. Chamei a minha inspetora de arrecadação. O empresário expôs os problemas dele, conduziu até a sala dela, e o Luiz Abi já não estava mais. Não tomou água nem café." Apesar disso, logo em seguida, questionado pelo MP, negou que Abi – que não ocupava cargo no governo de Beto Richa – exercesse qualquer influência na Receita.

O auditor Clóvis Rogge, também convidado por Haully para integrar a cúpula da Receita, foi inspetor-geral de fiscalização entre janeiro de 2011 e julho de 2012 (quando assumiu o cargo de diretor-geral da Sefa), disse que conheceu Abi após o início do governo de Beto.

CONTINUA

16 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

'É uma mentira deslavada'

CONTINUAÇÃO

“Conheci pessoalmente o senhor Luiz Abi, sem ter contato (bem entendido) numa reunião com o governador no Palácio; aí ele (Abi) passou e alguém me indicou... Mas não tenho nenhuma relação.” Questionado sobre influência do empresário, disse desconhecer. “Não há uma única vez que tenha se comunicado comigo no meu período na IGE.”

Rogge, que ocupou o cargo máximo da Receita no governo de Alvaro Dias (1987-1990), disse que as indicações para cargos são políticas e que ele próprio quase sempre ocupou funções de confiança (só em parte do governo de Roberto Requião não exerceu este tipo de atribuição). “Você ganhou a eleição, um processo extasiante, difícil. Vai trabalhar com quem? Com seus inimigos? Não. Você tem que ter o arbítrio para montar sua equipe. Qual o problema? Nenhum.” Porém, Rogge negou que ele tenha pleiteado as vagas. “Todas as indicações foram deliberação exclusiva da administração que assumia.”

O auditor Hélio Obara, diretor-geral da Receita do Paraná entre julho de 2013 e julho de 2014, disse ter conhecido Abi neste período. “Ele esteve, se não me falha a memória, umas duas ou três vezes, para falar com o secretário, e eu tive a oportunidade de ser apresentado a ele.”

O auditor José Aparecido Valêncio também relatou ter sido apresentado a Abi, porém, tal fato ocorreu em um restaurante. Valêncio foi inspetor-geral da Receita entre julho de 2013 e junho de 2014, quando assumiu a direção-geral, até maio de 2015. Ele pediu exoneração do cargo após ter sido citado pelo delator, que teve acordo de colaboração premiada firmado em maio de 2015. Os auditores Gilberto Favato e Lídio Samways Junior, que tinham cargos de assessores, também interrogados em Curitiba, disseram que não conheciam Abi.

Em linhas gerais, Souza acusa a cúpula da Receita – diretor-geral, inspetor-geral e seus assessores – de ficar com cerca de 10% da propina que era arrecadada em Londrina. Disse, por exemplo, que ele próprio foi a Curitiba levar dinheiro para Márcio Albuquerque de Lima, que foi delegado-chefe em Londrina entre janeiro de 2011 e julho de 2014 e promovido a inspetor-geral de Fiscalização, cargo que ocupou entre julho de 2014 e março de 2015, poucos dias antes de

ser implicado na Publicano. É apontado pelo MP como líder da suposta organização criminosa.

Sobre as acusações de Souza, os seis auditores afirmaram que são falsas e que não o conhecem ou apenas tiveram rápidos contatos. “Eu jamais tive qualquer contato com o delator e pelo que a gente vê nos autos, ele utilizou-se da hierarquia da Receita e envolveu essas pessoas em todos os fatos”, declarou Favato. “O sentimento é de indignação”, acrescentou. “É uma mentira deslavada para tornar a delação dele mais bonita. Tenho certeza que seremos absolvidos, mas essa marca fica. Quem vai repor isso? Apenas a palavra de um delator desqualificado, sem nenhuma prova”, disse Samways Júnior. (L.C.)

16 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Protesto marca inauguração da Casa da Mulher Brasileira

Espaço, no bairro Cabral, em Curitiba, faz parte de um dos programas que era bandeira da presidente afastada

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba – Sem representantes do governo federal e mediante protestos de grupos feministas contrários ao presidente interino Michel Temer (PMDB), a Casa da Mulher Brasileira (CMB) de Curitiba entrou em funcionamento ontem. Embora gerida pelo município, a unidade, localizada no bairro Cabral, faz parte de um dos programas que desde 2013 é bandeira de Dilma Rousseff (PT), o “Mulher Viver Sem Violência”. É a terceira a ser inaugurada no País, de 27 previstas pela União, e custou R\$ 14 milhões.

O espaço reúne, em 3,4 mil metros quadrados, uma série de serviços públicos, incluindo um núcleo do Juizado de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (TJ), o Ministério Público (MP), a Delegacia da Mulher e a Defensoria Pública. Há ainda locais destinados a acolhimento, triagem, apoio psicossocial, brinquedoteca para crianças e alojamento de passagem com dez leitos. Como nem Temer nem o ministro da Justiça, Alexandre

de Moraes, estiveram na solenidade, não houve sequer descerramento de placa. Em nota, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres informa que “Temer, Moraes e a secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, vão inaugurar o local em 28 de junho”.

Ontem, discursaram a secretária municipal da Mulher, Roseli Isidoro, e o prefeito da cidade, Gustavo Fruet (PDT), a coordenadora estadual de Políticas para as Mulheres, Terezinha Beraldo, o procurador de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior Neto, o presidente do TJ, Paulo Roberto Vasconcelos, um padre e um pastor. As falas dos cinco homens e duas mulheres eram intercaladas por gritos como “Temer, machista, corrupto e golpista” e “Dilma, presente, coração valente”.

“Nós temos clareza que o momento político é difícil. O País enfrenta dificuldades, entretanto, desde o princípio a presidenta Dilma deu uma ordem aos gestores, de que essa Casa e esse programa não teriam cor partidária. Portanto, a nossa ação, o nosso empenho e o esforço da

prefeitura, através da secretaria e de todos os parceiros do serviço, é para que essas mulheres sejam atendidas com dignidade e com o respeito que merecem”, disse Roseli. Ela contou que o aporte do governo federal já foi feito e que a questão política não deve interferir no cronograma de desembolso.

“Se tem uma coisa que eu nunca visualizei é a bandeira, a posição política. Nessa luta a gente caminha juntas e quero aqui reconhecer que estamos caminhando com as mulheres de esquerda, de direita, de centro, as profissionais do sexo, as trabalhadoras rurais, as lésbicas e as sindicalistas. E nós caminhamos porque o nosso objetivo é único, a nossa luta é única”, discursou Terezinha.

De acordo com Janaína Meazza, membro da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a CMB servirá como “escape” para mulheres que sofrem não apenas violência física, como também outros tipos de agressão, e que muitas vezes dependem financeiramente de seus agressores.

CONTINUA

16 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Por outro lado, ela criticou a falta de voz do público-alvo. A feminista negra Telma Mello e a coordenadora da União Brasileira de Mulheres (UBM) Celia Regina Piontkiewicz têm opinião semelhante. “Nós não inauguramos essa Casa. Só homens brancos falaram. Mas vamos tomar o que é nosso. Nós, mulheres, legítimas donas desse espaço, ainda vamos inaugurá-lo”, afirmou Telma. “Esperamos que as autoridades consigam fazer funcionar esse projeto tal qual ele foi projetado. Nós, enquanto movimento feminista, vamos ter trabalho, porque esse ‘desgoverno’ está retirando todos os direitos das mulheres. Mas, se as coisas não funcionarem, a gente vai fazer pressão”, acrescentou Célia.

16 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Pessuti

Expulso três vezes do PMDB paranaense e reintegrado à legenda por força de liminar, em 22 de março, o diretor administrativo do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Orlando Pessuti (PMDB), esteve ontem na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, em Curitiba, para fazer uma apresentação institucional da entidade. Em entrevista no comitê de imprensa, ele contou que não tem intenção em se desfiliar e que comprará a briga com o grupo ligado ao senador Roberto Requião (PMDB), seu adversário político. Também garantiu que defenderá o lançamento de outra candidatura à Prefeitura de Curitiba que não a do deputado estadual Requião Filho (PMDB).

Disputa

“O diretório estadual, de forma irregular, arbitrária e truculenta, me desfilhou do partido e, por três vezes, a Justiça me refiliou. Estamos aguardando decisão do Poder Judiciário e da executiva nacional para que possamos reassumir o comando da estrutura partidária no Estado”, afirmou. O peemedebista reiterou que já está na sigla há 50 anos e que não tem intenção de sair, como fizeram seus ex-correligionários Luiz Cláudio Romanelli, Alexandre Curi, Jonas Guimarães, Artagão Jr. e Stephanes Jr. “Entendi que deveria permanecer, lutando para retomar o comando do partido”, completou.

16 JUN 2016
FOLHA DE LONDRINA
MILITÃO



Formandos de 72 em Direito

O desembargador Celso Saito, com sua esposa Anita Saito, e os advogados Osvaldo Gimenez, Mário Barrozo e Mirian Miyamoto, com seu esposo, o empresário Ywao Miyamoto, no jantar do encontro dos Formandos em Direito de 1972, pela Universidade Estadual de Londrina. Parabéns a todos eles!

FOLHA DE LONDRINA

Delação explosiva

Com forte potencial explosivo, trechos da delação premiada do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado foram divulgados ontem à tarde. Aos procuradores da Operação Lava Jato, o delator listou o nome de 20 políticos que teriam recebido propinas no esquema de corrupção na subsidiária da Petrobras. Machado disse que o presidente em exercício Michel Temer (PMDB) teria pedido a ele recursos ilícitos para a campanha de Gabriel Chalita (PMDB) à Prefeitura de São Paulo em 2012.

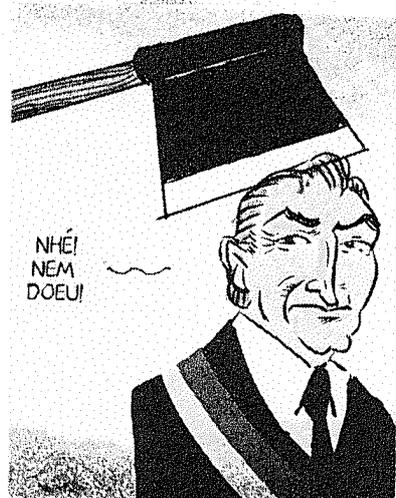
Machado é o homem que revelou para o Brasil, por meio de diálogos gravados entre ele e caciques do PMDB, o medo que os políticos têm da Operação Lava Jato. Um desses diálogos provocou a queda do ex-ministro do Planejamento, Romero Jucá, que sugeriu na conversa um "pacto" para segurar a operação que investiga o maior escândalo de corrupção no Brasil. O delator assumiu a presidência da Transpetro em 2003, por indicação de senadores peemedebistas.

Machado entrega políticos de vários partidos, além do PMDB. Há nomes do PT, PCdoB, PP, DEM e PSDB. O nome do senador Aécio Neves (PSDB) também aparece como um dos beneficiados do esquema da Transpetro, quando o tucano era candidato a presidente da Câmara, em 2000.

O conteúdo da delação premiada do ex-presidente da Transpetro ainda passará por investigação e coleta de provas. Essa apuração deve ser implacável e todas as pessoas consideradas culpadas precisam ser punidas com rigor. O conteúdo da delação de Machado aponta também para a necessidade da aprovação de leis mais rígidas contra a corrupção. Essa é uma bandeira que os brasileiros precisam abraçar com muita seriedade. Caso contrário, o País correrá o risco de ver novamente, no noticiário político, novos escândalos gigantes como o do Petrolão.

16 JUN 2016

MACHADO DIZ QUE TEMER
ACERTOU PROPINA



MARCO
JACOBSEN

16 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Ex-chefe da Transpetro liga Temer a propina e abala governabilidade

O ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado disse em delação premiada da Lava Jato que 23 políticos receberam propinas de corrupção. Entre os nomes está o do presidente interino Michel Temer (PMDB), que teria pedido a ele recursos ilícitos para a campanha de Gabriel Chalita (PMDB) à Prefeitura de São Paulo em 2012. Segundo o delator, todos os citados “sabiam” do esquema. Em nota, Temer negou participação e o Palácio do Planalto classificou a denúncia de “muito ruim para a governabilidade”.

16 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Delator afirma que captou propina a pedido do presidente Michel Temer

Sérgio Machado diz que obteve R\$ 1,5 milhão para campanha de Gabriel Chalita à prefeitura de São Paulo. Delação envolve 23 políticos, de seis partidos

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO

Das agências

● Acusações explosivas do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, colocaram em suspeição a conduta de 23 políticos de seis partidos (PMDB, PT, PP, DEM, PSDB e PP), acusados de receber propina. Entre eles, o presidente em exercício Michel Temer (PMDB) que, com apenas um mês de mandato interino, tem seu nome envolvido por um delator da Lava Jato no esquema de corrupção da estatal.

Ligado a peemedebistas, Machado afirmou que Temer teria pedido dinheiro de propina desviada da subsidiária da Petrobras para a campanha de Gabriel Chalita à prefeitura de São Paulo, em 2012. Na época, Chalita, hoje no PDT, era filiado ao PMDB.

O ex-dirigente da Transpetro também implicou outras figuras importantes do partido, como o presidente do Senado, Renan Calheiros (AL), os senadores Edison Lobão (MA), Romero Jucá (RR) e Jader Barbalho (PA) e o ex-senador José Sarney (AP). Ao PMDB, disse ter repassado mais de R\$ 100 milhões em propina. O delator também revelou ter atuado para captar propina a líderes de outras siglas, como Aécio Neves (PSDB) e Agripino Maia (DEM), e parlamentares do PT, como Luiz Sérgio (RJ), e a ex-ministra Ideli Salvatti (SC).

Segundo Machado, que fechou acordo de delação com a Procuradoria-Geral da República, a propina para a campanha de Chalita foi paga disfarçada de doação eleitoral. O delator afirmou aos investigadores que teve um encontro com Temer na Base Aérea de Brasília,

em sala reservada, para tratar do assunto. O então vice-presidente disse, segundo Machado, que “estava com problema no financiamento da candidatura de Chalita” e perguntou se ele “poderia ajudar”. Machado disse que acertou um repasse de R\$ 1,5 milhão por meio de doação oficial feita pela Queiroz Galvão ao diretório do PMDB e que o valor era oriundo de pagamento de vantagem indevida pela empreiteira em contratos que possuía na Transpetro.

“O contexto da conversa deixava claro que o que Michel Temer estava ajustando com o deponente [Machado] era que este solicitasse recursos ilícitos das empresas que tinham contratos com a Transpetro na forma de doação oficial para a campanha de Chalita”, afirmou o delator. Machado disse que depois telefonou para Temer e avisou que a contribuição ocorreria. A reportagem localizou na Justiça Eleitoral uma doação da empreiteira nesse valor para o Diretório Nacional do PMDB no dia 29 de setembro de 2012.

A doação a Chalita já havia sido mencionada em conversa entre Machado e José Sarney (PMDB-AP) que foi grampeada. Agora, no entanto, o delator detalhou o suposto acerto.

R\$ 75 MILHÕES

é o valor que Sérgio Machado deve devolver aos cofres públicos, segundo o que ficou definido em sua colaboração premiada, dos quais uma parte para a União e outra para a Petrobras. Aos investigadores Machado disse que recebeu R\$ 72 milhões desviados dos contratos fechados pela subsidiária da Petrobras. Ele pode ser condenado a até 20 anos de prisão, mas começará a cumprir pena em regime fechado especial, que prevê prisão domiciliar. Ele ainda não é réu em ações da Lava Jato.

Com apenas um mês de mandato interino, Temer tem seu nome envolvido por um delator da Lava Jato no esquema de corrupção da estatal.

CONTINUA

16 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Machado cita Requião em delação

Laura Beal Bordin

● O senador paranaense Roberto Requião foi citado pelo ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, como um dos beneficiários das doações feitas pela empresa JBS para financiar campanhas do PMDB. Por meio do seu advogado, Luiz Fernando Delazari, Requião disse que todas as doações feitas pelo grupo empresarial à campanha de 2014 foram legais e oferecidas pelo Diretório Nacional do partido a todos os candidatos do PMDB.

A declaração dos doadores de campanha de Requião ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostra que o senador recebeu R\$ 2,4 milhões da JBS, que é controladora do frigorífico Friboi, entre outras marcas. Destes, R\$ 500 mil foram destinados à campanha de Requião ao governo do Paraná pelo Diretório Nacional do PMDB. Outros R\$ 400 mil foram encaminhados por meio da campanha de Michel Temer à vice-presidência. Outros R\$ 1,5 milhões foram doados pela JBS diretamente ao senador. Delazari, que foi tesoureiro da campanha em 2014, ainda afirmou que todas as doações foram declaradas ao TSE. "O próprio Machado não disse que as doações foram irregulares. Na nossa campanha, tudo foi declarado ao TSE e não há nenhuma irregularidade", completou.

OUTROLADO

Denúncia de Machado é "absolutamente inverídica", diz Planalto

● Em nota, o Palácio do Planalto rechaçou o envolvimento de Temer em irregularidades apontadas pelo ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. "Em toda sua vida pública, o presidente em exercício Michel Temer sempre respeitou estritamente os limites legais para buscar recursos para campanhas eleitorais", afirma a nota. Segundo o texto, Temer jamais permitiu arrecadação "fora dos ditames da lei, seja para si, para o partido e, muito menos, para outros candidatos que, eventualmente, apoiou em disputas". Temer diz ainda que é "absolutamente inverídica" a versão de que teria solicitado recursos ilícitos ao ex-presidente da Transpetro. De acordo com a nota, o presidente em exercício mantinha um "relacionamento apenas formal e sem nenhuma proximidade" com Machado. Ainda assim, o entendimento do Planalto é de que a denúncia de Machado é "muito ruim para a governabilidade, principalmente para um governo interino".

16 JUN 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Moro na Casa Cor

Mesmo com a Operação Lava Jato em plena fervura, o juiz Sergio Moro aceitou ser homenageado pela engenheira especialista em arquitetura Janaína Macedo em seu ambiente na Casa Cor Paraná. O convite oficial foi aceito no último final de semana e a homenagem será formalizada durante um jantar ainda com data em aberto. Na ocasião, ele receberá uma placa de Janaína e uma escultura de Rui Barbosa que lhe será entregue pelo ex-governador Paulo Pimentel, proprietário do imóvel que está sediando a Casa Cor este ano. A peça, arrematada por Pimentel na Bahia, ficará exposta no espaço Biblioteca, criado por Janaína, que terá ainda seis obras do artista visual Eleutherio Netto.

16 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Temer virá a Curitiba para “inaugurar”

Casa da Mulher Brasileira

O presidente interino, Michel Temer (PMDB), confirmou que virá a Curitiba para inaugurar “oficialmente” a Casa da Mulher Brasileira. O espaço – que reúne uma série de serviços de acolhimento e proteção à mulher – iniciou as atividades nesta quarta-feira (15), sem a presença de nenhum integrante do governo federal. Apenas o prefeito Gustavo Fruet (PDT) e algumas autoridades locais fizeram o que chamaram de “visita técnica”, antes que a unidade abrisse as portas.

Segundo nota divulgada pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, do governo federal, Temer fará a inauguração oficial da Casa no dia 28 de junho, uma terça-feira. O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, também deve vir à capital paranaense para a solenidade.

CONTINUA

16 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Grupos feministas chegaram a se manifestar, durante a visita realizada nesta quarta-feira. As militantes repudiam o fato de a Casa da Mulher Brasileira vir a ser associada ao governo Temer. Na terça-feira (14), em entrevista à **Gazeta do Povo**, integrante da comissão de estudos de violência de gênero da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Vanessa Fogaça Prateano, criticou o que considera ser oportunismo político. “O governo interino age com total omissão e desrespeito ao tema. Não tem qualquer histórico de defesa das mulheres. Eu acho lamentável que o nome dele [Temer] venha a ficar cravado em uma placa de um projeto que é uma conquista histórica do movimento feminista”, destacou.

CONTINUA

16 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Os coletivos comemoram o início das atividades da Casa da Mulher Brasileira, mas querem ter a certeza de que o espaço vai, de fato, funcionar como uma rede de proteção. “Apesar de ser um paliativo, a Casa [da Mulher] é um grande avanço, mas precisamos de garantias de que vai funcionar. Estamos em uma sociedade em que pontos da Lei Maria da Pena não funcionam e estamos sob um governo interino que deixa claro que não se interessa por políticas voltadas às mulheres”, disse Jussara Cardoso, uma das organizadoras da Marcha das Vadias.

16 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Paraná teve 276 prefeitos com conta rejeitada em oito anos

Lista do Tribunal de Contas do Paraná também traz outros gestores públicos. Material servirá como base para tornar agentes inelegíveis

Felippe Anibal

● Mais da metade das cidades paranaenses tiveram prefeitos com contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR). No total, 276 prefeitos e um vice-prefeito aparecem na lista, que relaciona gestores que tiveram as contas rejeitadas, com trânsito em julgado nos últimos oito anos. O material servirá como base para a declaração de inelegibilidade destes gestores nas eleições.

Entre os que tiveram as contas rejeitadas, está o ex-prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald Ghisi. Em três processos, o TCE julgou pela irregularidade da prestação de contas do político, em

relação a transferências do município para a Associação dos Desportistas Amadores da cidade, à Associação de Proteção à Vida e à Casa Família Maria Porta do Céu.

As análises do TCE atingiram os legislativos municipais. No total, 172 presidentes de câmaras e 90 vereadores tiveram suas respectivas contas julgadas irregulares pelo Tribunal. Na região metropolitana, gestores que presidiram as câmaras como a das cidades de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Campo Magro, São José dos Pinhais, Colombo, Fazenda Rio Grande e Piraquara, entre outras, também tiveram as contas reprovadas. Além disso, 11 gestores que eram secretários municipais também foram condenados pelo julgamento do TCE.

A lista do TCE conta com 1.058 gestores, que podem se tornar inelegíveis. Além de políticos, a relação reúne presidentes de entidades, como Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e associações escolares, além de contadores e reitores de universidades públicas.

SECRETÁRIOS

Cinco ex-secretários do governo estadual – todos integravam gestão de Roberto Requião (PMDB) – também foram impactados pelos julgamentos do Tribunal e tiveram contas consideradas irregulares pelo TCE. São os seguintes, os ex-secretários: Heron Arzuva, Roque Zimmermann (o padre Roque), Emerson José Nerone, Lygia Lumina Pupatto e Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde.

Outro lado

O advogado Júlio César Henrichs, que representa Paulo Mac Donald Ghisi, disse que ingressou com uma ação anulatória, com vistas a tornar nula a rejeição das contas do político. A expectativa do defensor é de que o julgamento do TCE seja revertido.

“O que o Tribunal alegou foram impropriedade, em caráter de formalidade, ou seja, pequenos documentos que não foram apresentados. Apenas isso”, disse o advogado.

16 JUN 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



16 JUN 2016

BEMPARANÁ

Casa da Mulher inicia atendimento em Curitiba

Espaço reúne no mesmo local os serviços para o atendimento às vítimas de violência

Começou a funcionar, ontem, em Curitiba, a Casa da Mulher Brasileira, um espaço para atendimento especializado para a mulher vítima de violência. A Casa da Mulher Brasileira foi construída com recursos do governo federal, como parte do programa "Mulher, Viver sem Violência", e será gerida pelo Município. Foi concebida para ser um local onde a mulher não apenas se sinta encorajada a denunciar a violência, mas também recebe proteção e apoio para superar a situação — incluindo atendimento psicológico e

assessoria para a conquista da autonomia financeira.

Um único espaço reúne os serviços da Delegacia da Mulher, de psicólogos e assistentes sociais da Prefeitura de Curitiba, dos núcleos especializados da Defensoria Pública, do Juizado da Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Patrulha Maria da Penha da Guarda Municipal de Curitiba, e futuramente equipes do Instituto Médico Legal. Inicialmente, os serviços funcionarão em regime de

plantão, em horário comercial. A previsão é que o período de transição e a instalação completa de todos os serviços estejam concluídos em 40 dias, quando então a Casa passará a funcionar ininterruptamente.

Além de serviços da Prefeitura, da Delegacia da Mulher, do Ministério Público e da Justiça, a Casa tem espaços destinados a acolhimento e triagem, apoio psicossocial, brinquedoteca para crianças e alojamento de passagem com 10 leitos. Peritos da Polícia Civil também atuarão futuramente

no local, para realização de exames de corpo delito, que identificam sinais de violência para uso como prova pericial.

A Casa está preparada para atender todos os tipos de violência contra mulheres baseada em gênero, conforme previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Quando a vítima de agressão chegar à Casa acompanhada de filhos menores, as crianças serão acolhidas no alojamento de passagem e na brinquedoteca, enquanto a mãe é atendida na recepção.



Casa da Mulher Brasileira está localizada no Cabral e reúne todos os serviços de proteção à mulher

CONTINUA

16 JUN 2016

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Prefeito entregou o alvará de funcionamento

O alvará de funcionamento da Casa da Mulher Brasileira foi entregue ontem, pelo prefeito Gustavo Fruet, durante uma visita que marcou o início das atividades da Casa e foi acompanhada por representantes de todos os órgãos envolvidos no projeto. A unidade — a terceira do gênero no país — está preparada para oferecer atendimento humanizado e integrado, reunindo num único endereço, no bairro Cabral, estruturas de vários órgãos que atuam na proteção e defesa da mulher em situação de violência.

“A abertura da Casa da Mulher Brasileira representa um ‘não’ à violência, num momento em que assistimos

a tantos atos de barbárie, em outros países e também perto de nós”, disse o prefeito Gustavo Fruet. “O enfrentamento da violência contra a mulher exige preparo e sensibilidade, e esta casa é resultado da soma de esforços de vários órgãos capacitados para isso. Temos a garantia do governo federal de que o programa será tratado como política de Estado e terá continuidade”.

A secretária municipal da Mulher, Roseli Isidoro, informou que a Casa começa a funcionar mesmo antes da inauguração oficial — a ser agendada pelo governo federal — pela necessidade de ajustar o funcionamento de todas as equipes envolvidas.



Prefeito disse que casa é um “não” à violência

16 JUN 2016

BEM PARANÁ

Paraná tem 1.058 políticos "inelegíveis"

Relação inclui gestores que tiveram contas julgadas irregulares pelo TCE desde 2008

Da Redação

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/PR) encaminhou ontem ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR), a lista de 1.058 políticos e agentes públicos que tiveram as contas de suas administrações julgadas irregulares nos últimos oito anos, e que por isso, podem ficar "inelegíveis" - ou seja, impedidos de disputar as eleições municipais deste ano. Disponível no site do TCE-PR, a lista relaciona todos os responsáveis cujas contas foram julgadas irregulares e que não sejam mais passíveis de recurso desde 2 de outubro de 2008. A relação é extraída de um cadastro que abrange dados de pessoas físicas, detentoras ou não de cargo ou função pública, que tiveram suas contas julgadas irregulares pelo tribunal.

A lista inclui, por exemplo, os ex-prefeitos de Londrina, Nedson Micheletti (PT); Maringá, Jairo Gianotto (PSDB); de Guarapuava - Luiz Fer-



Franklin de Freitas

Bonilha: lista agora servirá de base para o TRE

nando Ribas Carli e Victor Hugo Burko; e de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald Guisi (PDT); de Campo Mourão, Nelson Tureck (PSDB), entre outros. A relação ainda será atualizada até 15 de agosto, quando se inicia o prazo para o registro dos candidatos a prefeito e vereador para as eleições deste ano.

Segundo o tribunal, o julgamento das contas por irregularidade "insanável" em decisão "irrecorrível" é uma das hipóteses previstas na "Lei da Ficha Limpa" para que a Justiça Eleitoral declare a inelegibilidade de um candidato. Segundo dado extraído do site do Tribunal Su-

perior Eleitoral (TSE), o julgamento das contas como irregulares pelos órgãos competentes é o dispositivo da Lei da Ficha Limpa que ocasiona o maior número de registros de candidatura negados.

O presidente do TCE, Ivan Bonilha lembrou que o órgão não declara que o integrante da lista é inelegível. "Compete apenas à Justiça Eleitoral declarar a inelegibilidade de um responsável que conste da lista encaminhada pelo Tribunal", afirmou ele, que entregou a relação ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen.

Não integram a lista os

prefeitos com problemas em relação às suas prestações de contas anuais, visto que o TCE não julga essas contas. Neste caso, cabe ao órgão de controle a emissão de parecer prévio, recomendando a aprovação ou desaprovação das contas. É atribuição das câmaras municipais julgar as contas dos prefeitos e informar o resultado à Justiça Eleitoral.

Também ficam de fora da relação os nomes dos responsáveis cujas contas julgadas irregulares ainda sejam objeto de recurso no TCE. E ainda aqueles que tiveram os acórdãos tornados insubsistentes por decisão do Poder Judiciário.

Relação será atualizada até 15 de agosto, quando inicia o prazo para o registro dos candidatos a prefeito e vereador

BEM PARANÁ
Eleições 2016

16 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ aprova regras para servidores do Judiciário trabalharem a distância

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça publicará norma para disciplinar o teletrabalho de servidores em todo o Judiciário brasileiro. Quem optar pelo regime deve ter autorização expressa e alcançar produtividade acima dos índices registrados por colegas que comparecem pessoalmente.

A proposta foi apresentada em abril pelo conselheiro Carlos Eduardo Dias e aprovada na sessão desta terça-feira (14/6), mas o texto ainda não foi divulgado. A redação original determinava que os tribunais criassem um sistema de critérios para selecionar os beneficiados, além de abrir possibilidade de que o trabalho a distância fosse total ou só em alguns dias da semana.

O servidor inscrito fica proibido de receber em sua casa advogados das partes, sob pena de processo administrativo dis-

ciplinar e suspensão automática da permissão para o home office. O relator defendia que a abertura desses processos deveria ser analisada caso a caso, mas venceu sugestão da corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, que votou pela medida automática.

Também é proibida a autorização para servidores que saírem do país, exceto em caso de licença para acompanhamento de cônjuges. “Essa era uma situação que me preocupava muito. Temos muitos servidores no exterior e, se eventualmente nós os contemplarmos com essa possibilidade de trabalharem fora do país, esse número aumentará ainda mais”, afirmou na sessão o presidente do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski.

Segundo o CNJ, a redação do ato normativo foi construída a partir da compilação, pela Secretaria de Gestão de Pessoas,

das 185 sugestões recebidas quando o tema ficou aberto para consulta pública, desde 2015. O conselho defende que a prática é importante para melhorar a qualidade de vida dos funcionários, economizar recursos (papel, energia elétrica e água, por exemplo) nos locais de trabalho e melhorar a mobilidade urbana.

Tendência

A iniciativa já tem sido adotada por algumas cortes do país. O Supremo Tribunal Federal optou pelo modelo em fevereiro, enquanto o Superior Tribunal de Justiça começou um projeto-piloto em abril.

O Tribunal Superior do Trabalho iniciou a prática em 2012, enquanto os tribunais de Justiça de São Paulo e de Santa Catarina regulamentaram no ano passado esse tipo alternativo de trabalho.

16 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Casa da Mulher Brasileira é inaugurada em Curitiba

Local visa não apenas encorajar a mulher a denunciar a violência, mas como também servir de proteção e apoio para superar a situação

A política de enfrentamento à violência contra a mulher em Curitiba ganha um importante reforço a partir desta semana, com a abertura da Casa da Mulher Brasileira. O alvará de funcionamento foi entregue ontem, pelo prefeito Gustavo Fruet, durante uma visita que marcou o início das atividades da Casa e foi acompanhada por representantes de todos os órgãos envolvidos no projeto.

A unidade – a terceira do gênero no país – está preparada para oferecer atendimento humanizado e integrado, reunindo num único endereço, no bairro Cabral, estruturas de vários órgãos que atuam na proteção e defesa da mulher em situação de violência.

A Casa da Mulher Brasileira foi construída com recursos do governo federal, como parte do programa “Mulher, Viver sem Violência”, e será gerida pelo Município. Foi concebida para ser um local onde a mulher não apenas se sinta encorajada a denunciar a violência, mas também

receba proteção e apoio para superar a situação – incluindo atendimento psicológico e assessoria para a conquista da autonomia financeira.

O espaço reúne os serviços da Delegacia da Mulher, de psicólogos e assistentes sociais da Prefeitura de Curitiba, dos núcleos especializados da Defensoria Pública, do Juizado da Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Patrulha Maria da Penha da Guarda Municipal de Curitiba, e futuramente deverá agregar também equipes do Instituto Médico Legal. Inicialmente, os serviços funcionarão em regime de plantão, em horário comercial. A previsão é que o período de transição e a instalação completa de todos os serviços estejam concluídos em 40 dias, quando então a Casa passará a funcionar ininterruptamente.

“A abertura da Casa da Mulher Brasileira representa um ‘não’ à violência, num momento em que assistimos a tantos atos

de barbárie, em outros países e também perto de nós”, disse o prefeito Gustavo Fruet. “O enfrentamento da violência contra a mulher exige preparo e sensibilidade, e esta casa é resultado da soma de esforços de vários órgãos capacitados para isso. Temos a garantia do governo federal de que o programa será tratado como política de Estado e terá continuidade.”

16 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mesmo sem acordo, incidem juros no pagamento de empréstimo

Independentemente de pactuação entre as partes contratantes, os juros de mora são devidos em caso de atraso no pagamento de empréstimos, conforme o artigo 406 do Código Civil. Esse entendimento foi adotado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao dar provimento a recurso especial de um banco.

Trata-se de um caso em que comerciantes firmaram com a instituição financeira contrato de abertura de crédito em conta-corrente, por meio do qual tiveram acesso a diversos produtos. Insatisfeitos com práticas que consideraram abusivas, ajuizaram ação para revisar contratos de crédito rotativo e de financiamento para aquisição de bens.

Em primeira instância, a sentença julgou a ação parcialmente procedente e determinou a revisão das cláusulas e do saldo

devedor resultantes dos contratos de mútuo. Condenou ainda o banco a restituir, ou compensar, os valores indevidamente cobrados na vigência dos contratos.

Os autores apelaram, e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina limitou os juros remuneratórios à taxa de 6% ao ano, até a entrada em vigor do novo Código Civil, sendo depois elevados a 12% ao ano, vedada a capitalização. Além disso, excluiu a cobrança da comissão de permanência, multa e dos juros de mora, porque o banco não teria apresentado o contrato revisando.

No STJ, a instituição financeira defendeu que a limitação dos juros remuneratórios só pode ser determinada em caso de comprovação da sua abusividade e que a multa contratual e os juros de mora devidos no período de inadimplência são encargos que decorrem da própria

lei, “não se podendo afastá-los na hipótese em que o contrato não foi juntado aos autos pela instituição financeira”.

Depois disso, em juízo de retratação, o TJ-SC ajustou seu entendimento à orientação firmada no julgamento de recurso repetitivo pelo STJ, no que diz respeito ao limite dos juros remuneratórios. Contudo, o banco ratificou o recurso especial na parte que não foi objeto da retratação, referente à possibilidade de cobrança dos encargos de mora em um dos contratos revisados, que não foi juntado aos autos pela instituição.

“Ausente a cópia do contrato por omissão imputável à instituição financeira, de modo a impedir a aferição do percentual ajustado e da própria existência de pactuação, impõe-se observar o critério legalmente estabelecido”, afirmou o ministro Villas Bôas Cueva.

STF divulga entendimento sobre empresa que presta serviço público

Os entendimentos sobre a natureza jurídica da prestação de serviço de água ou energia elétrica, bem como os prazos prescricionais das ações contra os concessionários por repetição de indébito foram disponibiliza-

dos pelo Superior Tribunal de Justiça no Pesquisa Pronta.

O STJ já decidiu, sob o rito de recursos repetitivos, que em casos relacionados ao prazo prescricional das ações movidas contra pessoa jurídica de direito

privado prestadora de serviços públicos, a prescrição a ser aplicada é a prevista no Código Civil, ou seja, de 10 ou 20 anos para as ações, dependendo de qual código estava em vigor na época do ingresso da ação.

Aroldo Murá

Miguel Reale Jr., na homenagem a Dotti: "Sou-lhe o devedor eterno"

Na conferência de abertura, Miguel Reale Júnior, um dos autores do pedido de abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, declarou sua admiração pelo eterno entusiasmo do professor Dotti. "É um sonhador com os pés no chão. Sou etemo devedor dos efeitos que esse entusiasmo tem sobre minha vida", afirmou.

Reale explicou aos presentes que escolheu falar sobre a evolução do Direito justamente porque essa renovação pede homens inovadores, como René Dotti. O jurista paulista elegeu o consentimento do ofendido como ponto de partida das suas digressões. Para ele, essa figura jurídica foi tratada com menoscabimento no Código Penal de 1940, mas



Miguel Reale Jr.

ganha relevo nos tempos que correm. Para ilustrar sua tese, Miguel Reale citou o exemplo das discussões sobre os tratamentos médicos de pacientes terminais.

"O desenvolvimento científico e bioético trouxe novas perspectivas ao Direito. Não é mais o médico o doutor de toda a ciência, nem o paciente é submisso. O médico agora tem o dever de informar o paciente sobre todas as condições a que está sujeito e saber se está de acordo com o tratamento. O paciente, por sua vez, tem direito de aceitar ou não.

Muda-se absolutamente a relação médico-paciente. Isso está estabelecido no Código de Ética Médica editado pelo Conselho Federal de Medicina em 2010", afirmou.

Reale fez questão de destacar que de-



A mesa na cerimônia de homenagem, com René Dotti à esquerda e Miguel Reale Jr. no centro

fende o uso do consentimento do ofendido para a ortotanásia, que é o respeito ao curso natural da vida, sem prolongamentos artificiais da vida, mas sem a indução que configura a eutanásia. O tema, aliás, será tratado em uma das mesas redondas sobre temas bioéticos que o Instituto Ciência e Fé realizará no dia 6 de agosto.

NATA JURÍDICA

Além do jurista Miguel Reale Júnior, a noite de gala do evento de abertura em homenagem ao professor René Dotti reuniu o presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Tércio Lins e Silva; o presidente da OAB Paraná, José Augusto Araújo de Noronha; os ex-presidentes da seccional Juliano Breda e José Lúcio Glomb, presidente do Instituto dos Advogados do Paraná; o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Vasconcelos e o desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, do Tribunal Regional do Trabalho.

TRABALHO E ESTUDO

Extremamente comovido, o homenageado afirmou que sua vida profissional está conformada por um triângulo escaleno: trabalho, estudo e esperança.

Dotti lembrou do pedido que lhe fez a mãe, Adelina, em 1961, quando abriu seu primeiro escritório, em uma pequena sala alugada. "Ela me rogou que nunca me esquecesse de ajudar os pobres e que agradecesse a Deus por poder oferecer solidariedade em vez de necessitá-la", recordou.

Dotti lembrou ainda do pai, Gabriel, pintor de paredes, e da irmã Rose.

FAMÍLIA

Dotti falou também da família formada com a companheira Rosarita, começando por citar a filha, Rogéria Dotti, com quem compartilha o ofício. "Muitas vezes, no cotidiano do trabalho, divergimos e percebo, depois, que ela tem razão. E me dá uma vontade, não confessada até agora, de pegá-la no colo e dar um beijo, como eu fazia na sua infância.

Claudinha, a outra filha, escolheu a veterinária por amor desvelado aos animais. Há ainda os netos: Gabriel, Pedro, Lucas e Henrique, uma revolução atle-



René Dotti

ta para mim e para minha companheira Rosarita, que me ajuda a sonhar de olhos abertos", disse.

CULTURA

Anfitrião da noite, o presidente da OAB Paraná, José Augusto Araújo de Noronha, falou da contribuição de René Dotti também na área cultural, lembrando de sua atuação como Secretário de Cultura do Estado do Paraná e de sua presença na Academia Paranaense de Letras, onde ocupa a cadeira de número 3. Os demais oradores da noite foram pródigos em elogios à magistral carreira jurídica de Dotti, ressaltando, sobretudo, sua coragem na defesa de perseguidos pela ditadura militar nos anos 60 e 70.

JORNALISTAS GANHAM PREMIO DA ANJ, MAS SÃO CONDENADOS A DEAMBULAR

O presidente da Associação dos Magistrados do Brasil divulgou dia 15, quarta, nota ontem condenando a premiação da Associação Nacional de Jornais (ANJ) conferida a série de reportagens da Gazeta do Povo, reconhecimento pela série de reportagens sobre vencimentos da magistratura paranaense.

Dura, a nota da AMB, a certo trecho diz: "A postura da Associação Nacional de Jornais (ANJ) de premiar jornalistas por matéria tendenciosa sobre os vencimentos da magistratura é um atentado ao direito à informação. Laurear o jornalismo irresponsável e voltado à descredibilizar a magistratura brasileira atenta não somente contra o Poder Judiciário, mas contra cada

cidadão brasileiro que tem o direito de ser bem informado".

A coluna não fica alheia à premiação, e reconhece que o esforço jornalístico da equipe da Gazeta do Povo presta um serviço à comunidade, especialmente numa hora como atual, em que o desemprego, o arroxo salarial e a falta de perspectiva profissional atingem fortemente sobretudo as novas gerações.

Conhecendo a idoneidade e a qualidade profissional dos jornalistas que trabalham o tema vencedor do prêmio da ANJ, não elimina, no entanto, a possibilidade de as reportagens serem contestadas e discutidas pelas partes que se consideraram ofendidas, juizes e promotores. Isso é

democrático e republicano.

O que é de todo inaceitável é que a mão pesada dos homens e mulheres que julgam e têm um enorme poder judicante em suas mãos, joguem dessa maneira como o fazem com relação aos jornalistas da Gazeta do Povo: determinando-lhes um "castigo" deambulatorio, sem direito a recurso judicial.

De qualquer forma, deve-se reconhecer que o triste episódio cerceador da liberdade de imprensa revelou um dado surpreendente. Juizes podem ser extremamente céleres quando julgam seus interesses, bem ao contrário do que, na média, ocorre quando julgam os dos simples mortais.

16 JUN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

TEMER EM CURITIBA

Casa da mulher

Lucas Sarzi

O presidente interino, Michel Temer (PMDB), confirmou que virá a Curitiba hoje para inaugurar "oficialmente" a Casa da Mulher Brasileira. Ontem, o prefeito Gustavo Fruet (PDT) e algumas autoridades locais fizeram o que chamaram de "visita técnica", antes que a unidade abrisse as portas. O espaço visa garantir o acolhimento e atendimento integrado às mulheres vítimas de violência. A entrega foi feita com um ano de atraso, depois de problemas no percurso da obra. O novo cronograma previa a inauguração para fim de fevereiro deste ano, depois março e a entrega atrasou até

junho. Localizada na Avenida Paraná, próximo ao terminal do Cabral, a Casa da Mulher Brasileira promete inovar no atendimento humanizado de serviços públicos às mulheres. São quase 4 mil metros de área construída, num local que vai abrigar serviços de acolhimento psicossocial.

Além de todo o lado social destinado às mulheres vítimas de violência, a Casa da Mulher Brasileira também vai ter o trabalho da Delegacia da Mulher, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Ao todo, são 121 funcionários, com capacidade para receber, simultaneamente, 90 mulheres e 4.500 atendimentos ao mês.

RECONHECIDOS

Em depoimento prestado na terça-feira, na Delegacia de Feminicídio, a jovem de 21 anos que foi vítima de estupro coletivo em Sigefredo Pacheco (no Piauí) reconheceu três dos quatro suspeitos. Ela não lembrava da violência que sofreu e tomou conhecimento do estupro depois do vídeo circular pelo aplicativo WhatsApp. A vítima contou à delegada Anamelka Cadena que tomou um copo de bebida alcoólica e não se lembra do que aconteceu depois.



UM PRESO A CADA CINCO BOs

Um levantamento realizado pela Lupa, Agência Brasileira de Checagem de Informações, mostrou que o número de boletins de ocorrência registrados por estupro é 3,5 vezes maior do que o número de presos pelo crime. No caso do Paraná, a distância entre a denúncia e a punição é ainda maior: o Estado figura na terceira posição no ranking de ocorrências, com média de 3,6 mil BOs registrados ao ano; e na quinta posição no ranking de prisões por esse crime, com média de 660 presos. Isso significa que os registros são mais de cinco vezes maiores do que o número de presos. A agência utilizou dados de 2012, 2013 e 2014 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e fornecidos pelos relatórios do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Nos três anos, foram registrados 148,9 mil boletins de ocorrência por estupro; já o número de presos por esse tipo de crime no mesmo período foi de 42,7 mil. No Paraná, nos três anos, foram 11.020 boletins registrados e 1.980 presos por estupro.

16 JUN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

PROPINA

Ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado 'joga tudo no ventilador' e cita até Michel Temer

Agência Estado

Em sua delação premiada na Lava Jato, o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado listou os nomes de 20 políticos que teriam recebido propinas no esquema de corrupção na subsidiária da Petrobras e também o presidente em exercício Michel Temer (PMDB) que, segundo o delator, teria pedido a ele recursos ilícitos para a campanha de Gabriel Chalita (PMDB) à Prefeitura de São Paulo em 2012.

Segundo o delator, todos os políticos citados por ele 'sabiam' do funcionamento do esquema de corrupção capitaneado por ele na estatal e "embora a palavra propina não fosse dita, esses políticos sabiam, ao procurarem o depoente, não obteriam dele doação com recursos do próprio, enquanto pessoa física, nem da Transpetro, e sim de empresas que tinham relacionamento contratual com a Transpetro".

Ainda segundo Machado, nenhuma das doações solicitada por ele às empresas era lícita. De



O presidente em exercício teria pedido recursos ilícitos.

acordo com Machado, empreiteiras que mantinham contrato com a estatal realizavam pagamentos mensais de propinas para políticos, parte por meio de entrega de dinheiro vivo e parte por meio de doações oficiais. O delator assumiu a presidência da estatal em

2003, por indicação do presidente do Senado Renan Calheiros, dos senadores Jader Barbalho, Romero Jucá e Edison Lobão e do ex-presidente José Sarney, todos da cúpula do PMDB e que foram beneficiados com propinas do esquema.

16 JUN 2016

TRIBUNAL DO PARANÁ

Cunha na prisão?

Agência Estado

No pedido de prisão preventiva que enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o presidente da Câmara afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apontou cinco medidas alternativas caso o relator da Lava Jato na Corte, ministro Teori Zavascki, considere 'descabida' aplicar a restrição de liberdade ao peemedebista. Na peça, Janot sugere que

Cunha passe a cumprir uma espécie de prisão domiciliar, com o uso de tornozeleira eletrônica e o 'recolhimento' no período de funcionamento da Câmara, de segunda a sexta-feira, das 8h às 22h. O procurador-geral da República também pede que o peemedebista seja proibido de manter contato, pessoal, telefônico, por mensagem ou e-mail com parlamentares, ministros, servidores da Câmara ou e qualquer investigado ou réu na Operação Lava Jato.

LULA CRIMINOSO?

Luiz Inácio Lula da Silva começa a ser denunciado criminalmente, nas próximas semanas, ao juiz federal Sérgio Moro por suposto envolvimento no esquema de cartel e corrupção na Petrobras alvo da Operação Lava Jato. Novas perícias criminais e análises de documentos apreendidos pela Polícia Federal, na 24ª fase (Operação Aletheia) deflagrada em 4 de março, que teve como alvo o ex-presidente, vão ampliar as frentes de investigações, que voltarão a ser conduzidas pela força-tarefa da Procuradoria, em Curitiba.

INVESTIGAÇÃO

Depois de anular provas contra a presidente afastada Dilma Rousseff, o ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), devolveu à Procuradoria-Geral da República um pedido de inquérito para investigá-la por tentativa de obstrução da Justiça. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, precisará rever a argumentação em que baseia o pedido de investigação, já

que parte das provas foi invalidada. Teori considerou ilegais os áudios interceptados pelo juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, em que Dilma aparece conversando com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

16 JUN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Curitiba ganha sede da Casa da Mulher Brasileira

Unidade é a terceira do gênero do país



A casa vai oferecer toda a estrutura para mulheres sob risco



A política de enfrentamento à violência contra a mulher em

Curitiba ganha um importante reforço a partir desta semana, com a abertura da Casa da Mulher Brasileira. O alvará de funcionamento foi entregue nesta quarta-feira (16), pelo prefeito Gustavo Fruet, durante uma visita que marcou o início das atividades da Casa e foi acompanhada por representantes de todos os órgãos envolvidos no projeto.

A unidade – a terceira do gênero no país – está preparada para oferecer atendimento humanizado e integrado, reunindo num único endereço, no bairro Cabral, estruturas de vários órgãos que atuam na proteção e defesa da mulher em situação de violência. ■

Senado aprova ajuda a mulheres vítimas de violência

O plenário do Senado aprovou, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que inclui mulheres vítimas de violência doméstica como beneficiárias de programas sociais previstos na Constituição.

A PEC tem por objetivo proteger mulheres que, ao deixarem os maridos em razão da violência, passam por dificuldades financeiras. O texto iguala as mulheres nessas condições às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e estabelece que elas devem receber ajuda independente de terem contribuição previdenciária. ■

16 JUN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Boca do inferno

O poeta Gregório de Matos Guerra, que viveu no século 17, ganhou o apelido de "Boca do Inferno", pelos poemas que satirizavam as personalidades da sua época. A revelação da delação premiada do ex-presidente da Transpetro

Sérgio Machado poderia lhe valer o mesmo apelido. O delator conseguiu colocar na berlinda as grandes figuras da política brasileira, a começar pelo próprio presidente em exercício, Michel Temer.

Além dele, Machado lista o principal nome

da oposição ao governo petista, Aécio Neves, além do poderoso presidente do Senado, Renan Calheiros, e uma série de outros com o mesmo destaque. Se fosse para cumprir à risca o que tem feito até agora, na Lava Jato, não sobraria ninguém

para comandar o país.

O choque entre o Judiciário e os outros poderes parece ter ficado mais próximo e a crise institucional parece que passará por um período agudo, antes que se encontre uma solução para o governo do país. ■

Defesa de Lula tenta evitar que Moro investigue

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva recorreu ontem (15) ao Supremo Tribunal Federal (STF) para manter na Corte as investigações nas quais é alvo na Operação Lava Jato. Na petição enviada ao Supremo, os advogados pedem que o ministro Teori Zavascki ou o plenário do tribunal reveja decisão que enviou todos os processos contra Lula para a 13ª Vara Federal em Curitiba, comandada pelo juiz federal Sérgio Moro.

O ex-presidente é investigado sobre supostas irregularidades na compra de cota de um apartamento triplex no Guarujá (SP) e em benfeitorias em um sítio frequentado por sua família em Atibaia (SP). ■

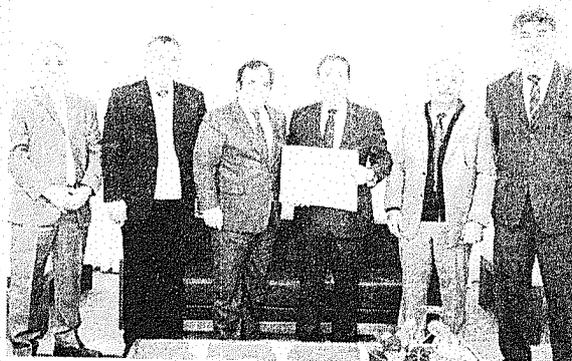
16 JUN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

TCE entrega à Justiça lista de 1.058 inelegíveis

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), conselheiro Ivan Bonilha, entregou ontem (15), a lista de responsáveis com contas julgadas irregulares ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen. A relação elaborada pelo órgão de controle servirá de base para a declaração de inelegibilidade nas eleições municipais do próximo dia 2 de outubro. Integram a lista 1.058 responsáveis, no âmbito de 1.467 processos.

Já disponível no site do TCE-PR, a lista relaciona todos os responsáveis



Bonilha apresentou a lista dos inelegíveis à Justiça Eleitoral

cujas contas foram julgadas irregulares e que não sejam mais passíveis de interposição de recurso desde 2 de outubro de 2008, o que corresponde aos últimos oito anos. A lista

é extraída de um cadastro que abrange dados de pessoas físicas, detentoras ou não de cargo ou função pública, que tiveram suas contas julgadas irregulares pelo TCE-PR. ●

16 JUN 2016

Temer vai inaugurar a Casa da Mulher Brasileira em Curitiba

Publicado: 14/06/2016 19h36

Última modificação: 15/06/2016 16h38

O Presidente interino, Michel Temer, acompanhado do ministro da Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes, e da secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, vai

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

inaugurar a Casa da Mulher Brasileira na capital paranaense, no dia 28 de junho (terça-feira). Este é mais um centro de atendimento integrado dedicado ao acolhimento e atendimento das mulheres vitima de violência. A iniciativa do Programa Mulher, Viver sem Violência é uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Prefeitura de Curitiba,

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Justiça e Ministério Público,
entre outros.

O espaço reúne em um único local os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, que estavam dispersos em vários locais nas cidades, facilitando e agilizando o atendimento integral das mulheres.

Serão disponibilizados
serviços da Delegacia da

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Mulher, psicólogos e assistentes sociais, núcleos especializados da Defensoria Pública, do Juizado da Violência Doméstica e Familiar e do Ministério Público, além de uma unidade da Patrulha Maria da Penha e central de transporte.

A secretária Fátima Pelaes ressaltou a importância da Casa no atendimento às vítimas. “Essa é uma ação que busca atender a Lei

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Maria da Penha, que prevê que as mulheres consigam em um só lugar reunir todos os serviços de acolhimento e assistência. Atender bem essa mulher vítima de violência é uma prioridade. Foi um pedido que recebi do nosso presidente Michel Temer, que tem uma preocupação especial na atenção à mulher. Ele tem demonstrado isso ao longo de sua vida pública, em especial na criação da primeira

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher”, disse.

Visita Técnica

Nessa quarta-feira (15) o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, estará realizando uma visita técnica a Casa da Mulher Brasileira.

Acompanharão no evento o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Vasconcelos, delegadas da

CONTINUAÇÃO

CONTINUA

delegacia da mulher e
representantes do Ministério
Público.

Comunicação Social

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM

Governo Federal

16 JUN 2016

BLOG DO ZÉ BETO

Mirian se incluiu fora dessa

*Da assessoria da vice-prefeita Mirian
Gonçalves*

**Vice-Prefeita Mirian Gonçalves não
comparece à abertura da Casa da
Mulher Brasileira**

A vice-prefeita de Curitiba, Mirian Gonçalves, não compareceu, nesta quarta-feira (15), à abertura de serviços da Casa da Mulher Brasileira por considerar que a obra, sendo iniciativa do governo Dilma Rousseff, deveria ser inaugurada com a presença dela ou de seus representantes.

“É preciso agradecer a todo o empenho da Presidenta Dilma desde a concepção do projeto à liberação de R\$ 10 milhões para que a obra, que é essencial às mulheres em situação de vulnerabilidade, se concretizasse”, afirmou.

BLOCO DO ESMAEL 16 JUN 2016

Gleisi faz chamamento para o “voto popular” ao destacar Casa da Mulher Brasileira de Curitiba

junho 15, 2016 por esmael | 3 Comentários



A senadora **Gleisi Hoffmann (PT-PR)**, em artigo especial, nesta quarta (15), ao destacar a inauguração da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba — uma realização da presidente eleita **Dilma Rousseff** — fez um inédito chamamento ao “voto popular” (link para a proposta do plebiscito).

A parlamentar destaca no texto a importância da inauguração na proteção das mulheres em situação de vulnerabilidade, “que significa proteção contra violência,

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

abrigo contra opressão e apoio para recomeçar a vida”.

Gleisi condena ainda o interino **Michel Temer (PMDB)**, a quem (des)qualifica como golpista, e faz um chamamento inédito afirmando que “o único caminho é a luta, a resistência e o voto popular”.

Ao apontar retrocessos, a senadora disse que o governo interino não tem sensibilidade em relação à causa das mulheres, por que foi levado ao poder de maneira ilegítima, e isso proporcionou o surgimento de fascismos e atitudes das piores que o ser humano pode demonstrar.

**A seguir, leia a íntegra do artigo especial:
O respeito às mulheres é essencial à democracia!**

*Gleisi Hoffmann**

Hoje é um dia especial para todas as paranaenses com a inauguração da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba.

Graças à sensibilidade e determinação da presidenta Dilma, todas as capitais estão sendo contempladas com esse projeto, que

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

representará um avanço significativo no atendimento de vítimas de violência.

Como ministra-chefe da Casa Civil, pude contribuir com a elaboração de iniciativas pioneiras, como o “Mulher Viver sem Violência”, lançado em 2013 pela presidenta Dilma Rousseff. Um dos principais eixos desse programa é a Casa da Mulher Brasileira. Acompanhei o nascimento desse projeto e todo empenho da ministra Eleonora Menicucci, da secretária da Mulher de Curitiba, Roseli Isidoro e do prefeito Gustavo Fruet, cujo apoio foi essencial para concretizar a parceria com o governo federal.

Hoje é gratificante ver o resultado do programa, que significa proteção contra violência, abrigo contra opressão e apoio para recomeçar a vida.

Essa iniciativa aliada a outras conquistas recentes, como a lei que tipifica o feminicídio, da qual fui relatora e que foi sancionada em março de 2015 pela presidenta Dilma, são fundamentais nessa luta pela defesa e valorização das mulheres.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Fizemos muito, mas ainda não é o suficiente.

E é por isso que estamos muito preocupados com o país e, principalmente com as mulheres, daqui pra frente. Com o avanço de uma direita preconceituosa e um governo interino que não tem sensibilidade em relação à causa das mulheres, levado ao poder de maneira ilegítima, vieram à tona fascismos e atitudes das piores que o ser humano pode demonstrar. Sabemos que um governo que não pune e não luta contra esse tipo de crime, o autoriza. Que ter mulheres no poder não é uma questão decorativa, e sim para que se esteja representada nas instâncias de decisão uma parcela da sociedade que sofre coisas que a outra não sofre, ao menos não com a mesma frequência assustadora e com os mesmos contornos de submissão histórica.

Não nos sentimos representadas por esse governo golpista e, mais do que nunca, precisamos lutar contra os retrocessos de maneira coletiva, massificada, com políticas públicas, com mudança de cultura. O único

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

caminho é a luta, a resistência e o voto popular.

****Gleisi Hoffmann** foi ministra-chefe da Casa Civil do governo Dilma e é Senadora da República pelo Paraná.*